

NOTAS EXPLICATIVAS PCA 2021 – UG FUNDO FINANCEIRO

O IPVV - Instituto de Previdência dos Servidores de Vila Velha - ES, através da Unidade Gestora 076E0900001 – Fundo Financeiro FUFIN – CNPJ 27.319.348/0001-00 apresenta as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício de 2021.

As Notas Explicativas, consideradas parte integrante das Demonstrações Contábeis, tem a finalidade de prestar informações adicionais para facilitar a compreensão dos usuários.

O IPVV é parte integrante da Administração Indireta e considerando a necessidade de consolidação do Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Vila Velha, todos os dados contábeis foram lançados no Sistema de Contabilidade Pública da PMVV.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Vila Velha - IPVV - é uma autarquia com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, responsável como gestor único, pela administração do Regime Próprio de Previdência do Município de Vila Velha.

Após as Edições das LC 007/2004, revogada pela LC 022/2012 o Instituto passou ter a competência da concessão e gestão dos benefícios previdenciários de aposentadorias, pensão por morte e auxílio reclusão, bem como arrecadação, investimentos e administração das contribuições previdenciárias dos órgãos e servidores do município.

O IPVV promove a administração e a aplicação de recursos dos fundos FUFIN, FUPREV e Taxa de Administração, cuja função e funcionamento estão descritos a seguir:

- Fundo Financeiro – FUFIN - Foi criado no âmbito do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha (ES), de natureza contábil e caráter temporário, para custear, paralelamente aos recursos orçamentários e as respectivas contribuições do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas e dos segurados ativos, inativos e pensionistas, o pagamento dos benefícios previdenciários da massa de segurados admitidos no Município até 31 de dezembro de 2003, integrantes do Plano Financeiro;
- Fundo Previdenciário – FUPREV - Foi criado no âmbito do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha (ES), o Fundo Previdenciário - FUPREV, de natureza contábil e caráter permanente, para custear na forma legal, o pagamento dos benefícios previdenciários relativos à massa de segurados admitidos no Município a partir de 1º de janeiro de 2004, integrantes do Plano Previdenciário;
- Taxa de administração - Destinada à manutenção do regime, é composta de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativo ao exercício financeiro anterior.

1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1.1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

As receitas orçamentárias são caracterizadas em conformidade a Lei 4.320/64 e registradas através do regime de caixa, realizadas quando de sua efetiva arrecadação e as despesas são registradas em regime de competência sendo realizadas quando do seu empenho. São apresentadas por valores empenhados no exercício e ambas apresentam valores em moeda original do ano de realização, expressas em reais.

O Fundo Financeiro apura em seu Balanço Orçamentário – Anexo 12:

a) Foi realizada previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual – LOA no valor de R\$ 11.000.000,00 de receita e R\$ 80.000.000,00 de despesa, referente à fonte 1.420.0000 (Recursos do Fundo Financeiro) e fonte 1.001.0000 (Recursos do Tesouro), destinada a pagamento dos benefícios previdenciários da massa de segurados.

De acordo com Art. 207 da LC 022/2012:

“O Município de Vila Velha (ES), por meio do Poder Executivo e do Poder Legislativo, é responsável pelo aporte dos recursos ao RPPS/Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha - IPVV, para integralização da folha de pagamento dos benefícios dos segurados inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro - FUFIN.”

Esses recursos recebidos a título de Aporte Financeiro não são contabilizados como receita orçamentária do RPPS gerando um aparente desequilíbrio nas demonstrações contábeis.

b) Na receita, verifica-se uma arrecadação no valor de R\$ 11.513.123,17 proveniente em sua grande maioria das contribuições patronais e dos servidores ativos, inativos e pensionistas, superando em R\$ 513.123,17 a receita prevista;

c) Na despesa foi empenhado no valor de R\$ 84.310.194,66, sendo 89,61 % desse valor, ou seja, R\$ 75.548.999,55 referentes a empenhos do aporte financeiro para a cobertura da folha de pagamento contabilizados como fonte 1.001;

d) A Unidade Gestora Fundo Financeiro realizou suplementações em 2021 através dos decretos 197/2021, 257/2021, 268/2021 e 359/2021 totalizando R\$ 5.302.315,40 por anulação de dotação;

e) Os Empenhos liquidados a pagar do ano de 2021 totalizaram R\$ 0,00;

O resultado apurado constante neste Anexo 12 é um déficit orçamentário de R\$ 72.797.071,49, e se justifica conforme explicado no item 1.1 letra a.

1.2 – BALANÇO FINANCEIRO

É previsto no art. 103 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 06, apresentar Receitas e Despesas orçamentárias, recebimentos e pagamentos extra orçamentários, saldos disponíveis do exercício anterior e para o exercício seguinte. E também, Quadro Detalhado dos Ingressos e Dispêndios que se equilibram com os saldos financeiros do exercício anterior e do exercício, incluindo os saldos das contas de aplicações a curto prazo.

O Fundo Financeiro demonstra em seu Balanço Financeiro – Anexo 13;

Saldo para o exercício seguinte	2021
Banco Conta Movimento	540.087,41
Aplicações financeiras	885.387,61

1.3 – BALANÇO PATRIMONIAL

É previsto no art.105 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 04, onde demonstra a situação patrimonial desta Autarquia.

O Fundo Financeiro demonstra em seu Balanço Patrimonial – Anexo 14;

- a) O Ativo Circulante demonstra os valores em bancos, investimentos, direitos a receber provenientes das contribuições patronais e do servidor do mês de dezembro/2021 da PMVV e que vencem em janeiro/2022, parcelamento junto a CMVV provenientes do direito a receber a curto prazo, bem como dos servidores cedidos;
- b) Ainda no Ativo Circulante temos a conta - Credito por dano ao patrimônio apurado na Tomada de Contas realizada por este IPVV;
- c) No Ativo Não circulante temos os créditos previdenciários parcelados 67/2012 e 68/2012 referentes aos recebimentos a longo prazo;
- d) Os parcelamentos 67 e 68/2012 foram atualizados com os valores de correção e juros conforme arquivo RELPAR.
- e) No Passivo atuarial está registrado em 2021 a totalidade das provisões matemáticas previdenciárias do FUFIN - Fundo Financeiro com base no resultado da Avaliação Atuarial ano base 2021. São provisões a longo prazo, chamadas de Passivo Atuarial, e representam as obrigações do IPVV no âmbito atuarial. O passivo atuarial é embasado na base de dados cadastral dos ativos, inativos e pensionistas do Município de Vila Velha e da Câmara Municipal de Vila Velha, nas premissas, métodos e hipóteses atuariais adotadas pelo Atuário Técnico responsável e na base legal representada pelas Leis que são aplicáveis a um Regime Próprio de Previdência Social;

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS		
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO	632.452.179,68
2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	916.398.108,60
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	17.343.581,66
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2.784.983,97
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	9.893.395,84
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	886.376.147,13
2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.488.433,95
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	287.779.461,58
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	4.570.142,54
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	3.500.109,16
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	23.022.356,93
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA *	254.198.419,00
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	106.763.921,07
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	107.251.322,00
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	255.633,79
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	231.767,14
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	623.153.072,56
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.150.286.441,11
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	246.400.839,08
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	188.709.614,18
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	92.022.915,29
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
2.2.7.2.1.05.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(99.953.247,90)

2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	99.953.247,90
2.2.7.2.1.06.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	-
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	-
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	-
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	-
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	-
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	-

* Já descontado o valor do Patrimônio do Fundo em Repartição (Plano Financeiro), de R\$ 2.488.433,95

Nota Explicativa

Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), utilizamos a taxa de juros de 4,92% ao ano, em atendimento ao Art. 26 da Portaria MF nº 464/2018. Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder do Fundo em repartição (Plano Financeiro), a taxa de juros é de 4,66% ao ano, em atendimento ao Art. 27 da Portaria MF nº 464/2018.

1.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS;

É previsto no art.104 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05, onde demonstram as alterações realizadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ou seja, demonstram as variações quantitativas que ocorreram no Patrimônio desta Autarquia, apurando um resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

O Fundo Financeiro apura em sua Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15:

a) As variações patrimoniais aumentativas englobam os valores das contribuições sociais dos segurados ativos do plano, as contribuições patronais de 16,38%, a alíquota suplementar de 4,08%, os juros e encargos recebidos pelos parcelamentos junto a Câmara Municipal, os rendimentos bancários, o aporte financeiro, e os valores de compensação entre RGPS e RPPS;

b) As variações patrimoniais diminutivas englobam as movimentações do ano de 2021 com pagamento de aposentados e pensionistas, bem como as transferências para a UG Taxa de Administração a título de 2% da Taxa.

1.5 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

De acordo com a elaboração das demonstrações contábeis da Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 08 e em cumprimento ao disposto nas Demonstrações

Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, o Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

O Fundo Financeiro apura em seu Fluxo de Caixa:

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa	2021
Caixa e Equivalente de Caixa INICIAL	1.245.225,45
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	180.249,57
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	0,00
Caixa e Equivalente de Caixa FINAL	1.425.475,02

Vila Velha (ES), 21 de fevereiro de 2022.

Jorge Eloy Domingues da Silva
Presidente

Mariana Paiva Magnago Lopes
Contadora CRC-ES 11128

NOTAS EXPLICATIVAS PCA 2021 – UG FUNDO PREVIDENCIARIO

O IPVV - Instituto de Previdência dos Servidores de Vila Velha - ES, através da Unidade Gestora 076E0900002 – Fundo Previdenciário FUPREV – CNPJ 27.319.358/0001-38 apresenta as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício de 2021.

As Notas Explicativas, consideradas parte integrante das Demonstrações Contábeis, tem a finalidade de prestar informações adicionais para facilitar a compreensão dos usuários.

O IPVV é parte integrante da Administração Indireta e considerando a necessidade de consolidação do Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Vila Velha, todos os dados contábeis foram lançados no Sistema de Contabilidade Pública da PMVV.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Vila Velha - IPVV - é uma autarquia com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, responsável como gestor único, pela administração do Regime Próprio de Previdência do Município de Vila Velha.

Após as Edições das LC 007/2004, revogada pela LC 022/2012 o Instituto passou ter a competência da concessão e gestão dos benefícios previdenciários de aposentadorias, pensão por morte e auxílio reclusão, bem como arrecadação, investimentos e administração das contribuições previdenciárias dos órgãos e servidores do município.

O IPVV promove a administração e a aplicação de recursos dos fundos FUFIN, FUPREV e Taxa de Administração, cuja função e funcionamento estão descritos a seguir:

- Fundo Financeiro – FUFIN - Foi criado no âmbito do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha (ES), de natureza contábil e caráter temporário, para custear, paralelamente aos recursos orçamentários e as respectivas contribuições do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas e dos segurados ativos, inativos e pensionistas, o pagamento dos benefícios previdenciários da massa de segurados admitidos no Município até 31 de dezembro de 2003, integrantes do Plano Financeiro;
- Fundo Previdenciário – FUPREV - Foi criado no âmbito do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha (ES), o Fundo Previdenciário - FUPREV, de natureza contábil e caráter permanente, para custear na forma legal, o pagamento dos benefícios previdenciários relativos à massa de segurados admitidos no Município a partir de 1º de janeiro de 2004, integrantes do Plano Previdenciário;
- Taxa de administração - Destinada à manutenção do regime, é composta de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos

segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativo ao exercício financeiro anterior.

1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1.1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

As receitas orçamentárias são caracterizadas em conformidade a Lei 4.320/64 e registradas através do regime de caixa, realizadas quando de sua efetiva arrecadação e as despesas são registradas em regime de competência sendo realizadas quando do seu empenho. São apresentadas por valores empenhados no exercício e ambas apresentam valores em moeda original do ano de realização, expressas em reais.

O Fundo Previdenciário apura em seu Balanço Orçamentário – Anexo 12:

a) Foi realizada previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual – LOA no valor de R\$ 45.000.000,00 de receita (sendo R\$ 3.000.000,00 arrecadação para taxa de administração – fonte 1.430.000000) e R\$ 42.000.000,00 de despesa destinada a pagamento dos benefícios previdenciários da massa de segurados.

b) Na receita, verifica-se uma arrecadação no valor de R\$ 85.828.062,13 proveniente em sua grande maioria das contribuições patronais e dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

c) Na despesa foi empenhado no valor de R\$ 7.174.778,49, referente ao pagamento dos proventos de inativos e pensionistas;

d) A Unidade Gestora Fundo Previdenciário realizou suplementação no exercício de 2021 conforme Decretos 465/2021 que movimentou R\$ 206.572,14. Decreto por anulação de dotação;

e) Os Empenhos liquidados a pagar do ano de 2021 totalizaram R\$ 0,00;

O resultado apurado constante neste Anexo 12 é um superávit orçamentário de R\$ 78.653.283,64, que se justifica por esse ser um fundo capitalizado.

1.2 – BALANÇO FINANCEIRO

É previsto no art. 103 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 06, apresentar Receitas e Despesas orçamentárias, recebimentos e pagamentos extra orçamentários, saldos disponíveis do exercício anterior e para o exercício seguinte. E também, Quadro Detalhado dos Ingressos e Dispêndios que se equilibram com os saldos financeiros do exercício anterior e do exercício, incluindo os saldos das contas de aplicações a curto prazo.

O Fundo Previdenciário demonstra em seu Balanço Financeiro – Anexo 13;

Saldo para o exercício seguinte	2021
Banco Conta Movimento	157.967,61
Depósitos Restituíveis e valores vinculados	30.000,00
Aplicações financeiras	461.766.944,74

1.3 – BALANÇO PATRIMONIAL

É previsto no art.105 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 04, onde demonstra a situação patrimonial desta Autarquia.

O Fundo Previdenciário demonstra em seu Balanço Patrimonial – Anexo 14;

- a) O Ativo Circulante demonstra os valores em bancos, investimentos, direitos a receber provenientes das contribuições patronais e do servidor do mês de dezembro/2021 da PMVV e que vencem em janeiro/2022, bem como dos servidores cedidos;
- b) Não existe valores no passivo circulante, pois todas as obrigações foram pagas em dentro do exercício de 2021;
- c) No Passivo atuarial está registrado em 2021 a totalidade das provisões matemáticas previdenciárias do FUPREV - Fundo Previdenciário com base no resultado da Avaliação Atuarial ano base 2021. São provisões a longo prazo, chamadas de Passivo Atuarial, e representam as obrigações do IPVV no âmbito atuarial. O passivo atuarial é embasado na base de dados cadastral dos ativos, inativos e pensionistas do Município de Vila Velha e da Câmara Municipal de Vila Velha, nas premissas, métodos e hipóteses atuariais adotadas pelo Atuário Técnico responsável e na base legal representada pelas Leis que são aplicáveis a um Regime Próprio de Previdência Social;

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS		
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO	632.452.179,68
2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	916.398.108,60
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	17.343.581,66
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2.784.983,97
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	9.893.395,84

2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	886.376.147,13
2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.488.433,95
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	287.779.461,58
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	4.570.142,54
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	3.500.109,16
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	23.022.356,93
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA *	254.198.419,00
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	106.763.921,07
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	107.251.322,00
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	255.633,79
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	231.767,14
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	623.153.072,56
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.150.286.441,11
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	246.400.839,08
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	188.709.614,18
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	92.022.915,29
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-
2.2.7.2.1.05.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) – PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(99.953.247,90)
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	99.953.247,90
2.2.7.2.1.06.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	-
2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	-
2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	-
2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	-
2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	-
2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	-

* Já descontado o valor do Patrimônio do Fundo em Repartição (Plano Financeiro), de R\$ 2.488.433,95

Nota Explicativa

Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), utilizamos a taxa de juros de 4,92% ao ano, em atendimento ao Art. 26 da Portaria MF nº 464/2018. Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder do Fundo em repartição (Plano Financeiro), a taxa de juros é de 4,66% ao ano, em atendimento ao Art. 27 da Portaria MF nº 464/2018.

1.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS;

É previsto no art.104 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05, onde demonstram as alterações realizadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ou seja, demonstram as variações quantitativas que ocorreram no Patrimônio desta Autarquia, apurando um resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

O Fundo Previdenciário apura em sua Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15:

- a) As variações patrimoniais aumentativas englobam os valores das contribuições sociais dos segurados ativos do plano, as contribuições patronais de 16,38%, a alíquota suplementar de 4,08%, rendimentos bancários, dividendos pagos e os valores de compensação entre RGPS e RPPS;
- b) As variações patrimoniais diminutivas englobam as movimentações do ano de 2021 com pagamento de aposentados e pensionistas, bem como os rendimentos bancários negativos, as transferências para a UG Taxa de Administração a título de 2% da Taxa e a as provisões matemática previdenciárias.

1.4 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

De acordo com a elaboração das demonstrações contábeis da Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 08 e em cumprimento ao disposto nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, o Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

O Fundo Previdenciário apura em seu Fluxo de Caixa:

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa	2021
Caixa e Equivalente de Caixa INICIAL	393.250.657,48
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	68.683.477,91
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	0,00
Caixa e Equivalente de Caixa FINAL	461.934.135,39

Vila Velha (ES), 21 de fevereiro de 2022.

Jorge Eloy Domingues da Silva
Presidente

Mariana Paiva Magnago Lopes
Contadora CRC-ES 11128

NOTAS EXPLICATIVAS PCA 2021 – UG TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

O IPVV - Instituto de Previdência dos Servidores de Vila Velha - ES, através da Unidade Gestora 076E0800001 – Taxa de Administração – CNPJ 07.238.345/0001-27 apresenta as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício de 2021.

As Notas Explicativas, consideradas parte integrante das Demonstrações Contábeis, tem a finalidade de prestar informações adicionais para facilitar a compreensão dos usuários.

O IPVV é parte integrante da Administração Indireta e considerando a necessidade de consolidação do Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Vila Velha, todos os dados contábeis foram lançados no Sistema de Contabilidade Pública da PMVV.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Vila Velha - IPVV - é uma autarquia com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, responsável como gestor único, pela administração do Regime Próprio de Previdência do Município de Vila Velha.

Após as Edições das LC 007/2004, revogada pela LC 022/2012 o Instituto passou ter a competência da concessão e gestão dos benefícios previdenciários de aposentadorias, pensão por morte e auxílio reclusão, bem como arrecadação, investimentos e administração das contribuições previdenciárias dos órgãos e servidores do município.

O IPVV promove a administração e a aplicação de recursos dos fundos FUFIN, FUPREV e Taxa de Administração, cuja função e funcionamento estão descritos a seguir:

- Fundo Financeiro – FUFIN - Foi criado no âmbito do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha (ES), de natureza contábil e caráter temporário, para custear, paralelamente aos recursos orçamentários e as respectivas contribuições do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas e dos segurados ativos, inativos e pensionistas, o pagamento dos benefícios previdenciários da massa de segurados admitidos no Município até 31 de dezembro de 2003, integrantes do Plano Financeiro;
- Fundo Previdenciário – FUPREV - Foi criado no âmbito do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Velha (ES), o Fundo Previdenciário - FUPREV, de natureza contábil e caráter permanente, para custear na forma legal, o pagamento dos benefícios previdenciários relativos à massa de segurados admitidos no Município a partir de 1º de janeiro de 2004, integrantes do Plano Previdenciário;
- Taxa de administração - Destinada à manutenção do regime, é composta de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativo ao exercício financeiro anterior.

1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1.1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

As receitas orçamentárias são caracterizadas em conformidade a Lei 4.320/64 e registradas através do regime de caixa, realizadas quando de sua efetiva arrecadação e as despesas são registradas em regime de competência sendo realizadas quando do seu empenho. São apresentadas por valores empenhados no exercício e ambas apresentam valores em moeda original do ano de realização, expressas em reais.

A Taxa de Administração apura em seu Balanço Orçamentário – Anexo 12:

a) Foi realizada previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual – LOA no valor de R\$ 0,00 de receita e R\$ 5.000.000,00 de despesa, referente à fonte 1.430.0000 (Recursos da Taxa de Administração) destinada à manutenção e administração do RPPS. Esses recursos recebidos a título de Taxa de Administração não são contabilizados como receita orçamentária do RPPS gerando um aparente desequilíbrio nas demonstrações contábeis, pois são contabilizados como Transferências Financeiras Recebidas;

b) Na receita, verifica-se uma arrecadação de R\$ 316.952,40, referente aos rendimentos das aplicações financeiras;

c) Na despesa, houve uma economia de dotação de R\$ 2.587.954,96, calculada pela diferença entre a dotação inicial/atualizada no valor de R\$ 5.000.000,00 e despesa empenhada no valor de R\$ 2.412.045,04;

d) A Unidade Gestora Taxa de Administração não realizou em 2021 movimentação orçamentária através de créditos suplementares;

e) Não houveram empenhos liquidados a pagar do ano de 2021;

O resultado apurado constante neste Anexo 12 é um déficit orçamentário de R\$ 2.095.092,64, e se justifica pela transferência financeira dos 2% da Taxa de Administração, conforme explicado no item 1.1 letra a.

1.2 – BALANÇO FINANCEIRO

É previsto no art. 103 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 06, apresentar Receitas e Despesas orçamentárias, recebimentos e pagamentos extra orçamentários, saldos disponíveis do exercício anterior e para o exercício seguinte. E também, Quadro Detalhado dos Ingressos e Dispêndios que se equilibram com os saldos financeiros do exercício anterior e do exercício, incluindo os saldos das contas de aplicações a curto prazo.

A Taxa de Administração demonstra em seu Balanço Financeiro – Anexo 13;

Saldo para o exercício seguinte	2021
Banco Conta Movimento	13.927,58
Aplicações financeiras	9.466.236,16

1.3 – BALANÇO PATRIMONIAL

É previsto no art.105 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 04, onde demonstra a situação patrimonial desta Autarquia.

A Taxa de Administração demonstra em seu Balanço Patrimonial – Anexo 14;

- a) O Ativo Circulante demonstra as contas em banco, investimentos a curto prazo bem como os valores em almoxarifado;
- b) No Ativo Não circulante temos os saldos em Patrimônio bem como suas respectivas depreciações;
- c) Os valores do passivo circulante referente a provisão de Férias e encargos do ano de 2021;
- d) Não houveram fornecedores não financiados a pagar e as demais obrigações a curto prazo se refere a documento extra orçamentário a ser pago em 2022;

1.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS;

É previsto no art.104 da Lei 4.320/64 alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05, onde demonstram as alterações realizadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ou seja, demonstram as variações quantitativas que ocorreram no Patrimônio desta Autarquia, apurando um resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

A Taxa de Administração apura em sua Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15:

- a) As variações patrimoniais aumentativas englobam os valores dos rendimentos bancários e os valores recebidos dos 2% da taxa de administração;
- b) A Classificação 4.5.1.2.2.01.03 – Movimentos de fundos a debito recebeu valores dos Fundos Financeiros e Previdenciários referentes aos 2% da taxa de administração no montante de R\$ 6.023.430,24, sendo liquidado o valor de R\$ 2.408.149,74. Portanto dentro do limite permitido de gasto dos 2% permitidos;
- c) As variações patrimoniais diminutivas englobam pagamento de pessoal, encargos, fornecedores e uso de bens de consumo;

1.5 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

De acordo com a elaboração das demonstrações contábeis da Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 08 e em cumprimento ao disposto nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, o Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A Taxa de Administração apura em seu Fluxo de Caixa:

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa	2021
Caixa e Equivalente de Caixa INICIAL	5.610.947,32
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	3.869.216,42
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	0,00
Caixa e Equivalente de Caixa FINAL	9.480.163,74

Vila Velha (ES), 21 de fevereiro de 2022.

Jorge Eloy Domingues da Silva
Presidente

Mariana Paiva Magnago Lopes
Contadora CRC-ES 11128